



ATA N.º 28/2016

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Oliveira de Frades, edifício dos Paços do Município e salão nobre, reuniu a Câmara Municipal de Oliveira de Frades – reunião ordinária – com a presença do senhor presidente: Luís Manuel Martins de Vasconcelos e dos senhores vereadores: Arménio da Silva Florindo, Elisa Margarida Ferraz Ferreira de Oliveira, Paulo Jorge Arede Marques Antunes e Porfírio António Sousa Carvalho. -----

Declarada pelo senhor presidente aberta a reunião – nove horas e vinte minutos – a Câmara deu início aos trabalhos com a análise dos seguintes assuntos, conforme a respetiva ORDEM DO DIA: -----

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **senhor presidente** questionou os senhores vereadores se tinham algum assunto a apresentar neste período, tendo usado da palavra o **senhor vereador Porfírio Carvalho** que, tratando-se da última reunião ordinária do ano, classificou de interessante e produtivo o trabalho desenvolvido pelos membros do executivo, em que o papel da oposição foi sempre presente, apresentando pontos de vista diferentes e que, por vezes, foram ouvidos e atendidos, e o papel de quem esteve no poder foi de respeito, saindo todos dignificados. -----

De seguida, desejou, nesta época natalícia, a todos os munícipes um Feliz Natal e um bom ano de 2017, e que este traga mais qualidade de vida às famílias e mais sucesso às empresas. -----

Por último, questionou se houve uma reunião no âmbito da CIMVDL, em que foi auscultada a sensibilidade dos Municípios para o relançar do projeto da ecopista. Em caso afirmativo, questionou se houve alguma votação e se o Município esteve contra esta obra. -----

O **senhor presidente** afirmou ser favorável ao projeto da ecopista, desejando que esta tivesse a qualidade da Ciclovia – Ecopista do Dão, crendo não ser possível nesses moldes pois só no Município de Oliveira de Frades o investimento rondaria os cinco milhões de euros, sendo que seria difícil apoio comunitário para o efeito, também devido à extensão total do percurso desde Viseu a Albergaria-a-Velha. Confirmou a realização de uma reunião, em que discordou da elaboração de um estudo para se saber onde colocar a sinalética na futura ecopista. Fundamentou esta posição com o facto de o percurso da antiga linha de caminho de ferro não ser propriedade do Município (primeiro teria que se consultar o IP – Infraestruturas de Portugal, SA) e devido à perigosidade do percurso, pois ir-se-ia colocar sinalética a indicar um espaço pedonal, quando lá circulam tratores, carros e veículos motorizados. Considerou errado apostar na colocação de sinalética, sem que haja primeiro segurança na ecopista. -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

Como já tinha sido entregue fotocópia da ata da reunião anterior, realizada no dia 9 de dezembro, a todos os senhores vereadores foi posta à discussão e votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----



3 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA -----

Presente o resumo diário de tesouraria, respeitante ao dia anterior, verificou-se existir em poder do tesoureiro os seguintes valores: **1.328.672,42€** (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos) de operações orçamentais e **267.446,97€** (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e noventa e sete cêntimos) de operações não orçamentais. -----

4 - PAGAMENTOS -----

Não houve pagamentos superiores ao valor de cento e cinquenta mil euros.-----

5 - REGIME ESPECIAL DE LEGALIZAÇÃO - CERTIDÕES DE INTERESSE PÚBLICO-----

Entregue a informação n.º 211/2016 da técnica superior, Graça Gonçalves, que a seguir se transcreve e qual após rubricada pelo órgão executivo ficará apenas aos documentos do processo:-----

“Regularização de instalações agropecuárias e industriais – Certidão de interesse público municipal-----

Requerentes:-----

Maria Goreti Pereira Dias da Cruz-----

António Ferreira-----

Maria Madalena Tavares Lourenço Almeida-----

Face aos pedidos de emissão de certidão de interesse público municipal, pela Assembleia Municipal, apresentados pelos requerentes suprarreferidos, cumpre-me informar o seguinte:-----

Está a decorrer um regime especial de legalização regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, pela Portaria n.º 68/2015 de 9 de março e pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho. Os requerentes suprarreferidos, solicitam que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal a avaliação sobre o interesse público das suas atividades, para posterior emissão de uma certidão de interesse público necessária para instruírem e poderem usufruir do regime de legalização em vigor. -----

A emissão das certidões referidas poderá ter como implicação a posterior alteração do Plano Diretor Municipal, de acordo com as necessidades de cada pretensão. -----

Junta-se um quadro resumo dos requerimentos realizados até à data de 15 de novembro, com alguma informação relativa à localização e tipo das atividades”. -----

O senhor vereador Paulo Antunes apresentou o assunto. -----

O senhor vereador Porfírio Carvalho manifestou preocupação com a possível necessidade de alterar o PDM, implicação esta resultante da emissão destas certidões. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação e, com base na mesma, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização dos estabelecimentos ou instalações dos requerentes constantes da informação e a emissão das respetivas certidões. -----

6 - MINUTA DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE -----

Presente a informação n.º 12/2016 do técnico superior, Ismail Carvalho, com o assunto: “Cláusulas Contratuais Empréstimo de Curto Prazo 2017”, na qual consta que a minuta de contrato de empréstimo a estabelecer com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (anexa à informação), para suporte de dificuldades de tesouraria, padece de algumas inconsistências em relação à proposta apresentada. -----

Ainda, presente o e-mail enviado à CCAM o qual se transcreve:-----



“Da análise à minuta de contrato, parece nos que a mesma em alguns aspetos está desajustada face ao tipo de mutuário e tipo de operação (curto prazo) e proposta, assim descrevem-se as cláusulas que tipificam o referido desajustamento:-----

- Cláusula Primeira n.º 3 - A operação foi aprovada isenta de quaisquer encargos, excetuando os juros; não fazendo pois sentido referências a impostos encargos e despesas;-----

- Cláusula Quinta - A operação foi aprovada conforme proposta apresentada com uma Euribor 12 M acrescida de um spread de 0,68%, não sendo portanto admissível o termo “a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior “ao spread””, situação esta que configura a existência de um spread mínimo, facto este não identificável na proposta apresentada;-----

- A cláusula Quinta n.º 6 – A possibilidade de capitalização de juros, deve ser uma prerrogativa que têm de ser avalizada pelo mutuário.-----

- Cláusula Sexta - Considerando o tipo e prazo da operação (Curto Prazo), parece nos desproporcional o conteúdo da presente cláusula, uma vez que no pressuposto de existir qualquer facto que a Caixa entenda como suficiente para rever as condições, o mutuário vê se confrontado com o encarecimento da operação (deixando de ser uma proposta vantajosa), ou no limite o mutuário vê se confrontado com a possibilidade de ter de reembolsar verbas, gerando com isso um forte constrangimento de tesouraria.-----

- Cláusula Sétima – Ao longo dos vários números da presente cláusula, evidencia –se algumas referências não coadunantes com a figura do mutuário, porquanto, é feita referência à manutenção dos impostos e contribuições para com o Estado, Autarquias e Segurança Social; igualmente o conteúdo da alínea c) e d) do nº 5. A alínea e) carece de um ajustamento na parte em que acresce “tratando-se de uma sociedade...”-----
Estas referências são assinaladas no corpo do texto da minuta do contrato de empréstimo”.

O senhor presidente propôs a aprovação do contrato com as alterações propostas pelo técnico no e-mail enviado.-----

A Câmara deliberou, por maioria com um voto contra do senhor vereador Porfírio Carvalho, concordar com a informação técnica e aprovar o contrato, que deverá ser assinado por ambas as partes, com as alterações constantes do e-mail enviado à CCAM.-----

O senhor vereador Porfírio Carvalho fez a seguinte declaração de voto:-----

“Voto contra porque compete à Câmara aprovar a minuta do contrato e o que está aqui é uma proposta com sugestões de alteração por parte de um técnico do Município; trata-se de um documento em estudo. Aprova-se a minuta de um contrato e não um estudo”.-----

7 - MISERICÓRDIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DE OLIVEIRA DE FRADES: PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE CONSUMO DE ÁGUA E TAXA DE SANEAMENTO -----

Este ponto foi retirado, por unanimidade.-----

8 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VOUZELA E CAMPIA - ESCOLA SECUNDÁRIA DE VOUZELA: PEDIDO DE COLABORAÇÃO NA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

Presente um ofício do Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia – Escola Secundária de Vouzela - a solicitar a parceria da Autarquia para a receção de formandos do Curso Profissional de nível IV, de técnico de gestão e programação de sistemas informáticos, com a realização de 300 horas de formação em contexto



de trabalho, ao abrigo da Portaria n.º 74-A/2013, de 5 de fevereiro e legislação complementar. Mais informa que esta formação se encontra planeada para decorrer entre 08.05.2017 e 06.07.2017.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pela senhora vereadora Elisa Oliveira, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do estágio.-----

9 - CELSO TORRES LOURENÇO - PEDIDO PARA REALIZAÇÃO DE VOLUNTARIADO (JARDIM DE INFÂNCIA DE S. VICENTE DE LAFÕES)-----

Presente um pedido do senhor Celso Torres Lourenço, pai e encarregado e educação da Raquel Alexandra Portela Lourenço, que frequenta o 9.º ano da Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, para que esta realize voluntariado no Jardim de Infância de São Vicente de Lafões, entre 19 e 23 de dezembro.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pela senhora vereadora Elisa Oliveira e analisada a informação da coordenadora técnica, Teresa Loureiro, relativa ao valor do seguro, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que autorizou a realização do voluntariado em causa.-----

10 - LUÍS MIGUEL SIMÕES LOUREIRO - PEDIDO PARA REALIZAÇÃO DE VOLUNTARIADO (JARDIM DE INFÂNCIA DE VILARINHO)-----

Presente um pedido do senhor Luís Miguel Simões Loureiro, pai e encarregado e educação da Joana Filipa Rodrigues Loureiro, que frequenta o 9.º ano da Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, para que esta realize voluntariado no Jardim de Infância Vilarinho, entre 19 e 23 de dezembro.-----

Feitos os devidos esclarecimentos pela senhora vereadora Elisa Oliveira e analisada a informação da coordenadora técnica, Teresa Loureiro, relativa ao valor do seguro, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que autorizou a realização do voluntariado em causa.-----

11 - PARÓQUIA DE DESTRIZ: PEDIDO DE APOIO-----

Presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Destriz a informar que no próximo dia 22 de janeiro de 2017 será a ordenação diaconal do seminarista Paulo Domingues. Para o efeito, solicita o apoio logístico do Município, nomeadamente, sistema de som, montagem de tenda, transporte de bancos, empréstimo de louça/talheres para o lanche e a confeção de algumas entradas, caldo verde e um prato quente.-----

A senhora vereadora Elisa Oliveira fez a apresentação do assunto.-----

O senhor vereador Porfírio Carvalho manifestou-se contra o apoio, pois, para si, a formação dos jovens é igual, não se justificando estar a distinguir a ordenação diaconal de outra formação. Do seu ponto de vista, as profissões e religiões devem ter tratamento igual.-----

O senhor presidente referiu que o pedido é feito por uma entidade.-----

A Câmara deliberou, por maioria com um voto contra do senhor vereador Porfírio Carvalho, conceder o apoio logístico solicitado, devendo a Fábrica da Igreja adquirir os géneros alimentícios para a confeção da refeição nos moldes pedidos.-

O senhor vereador Porfírio Carvalho fez a seguinte declaração de voto:-----



“Voto contra não tendo nada contra o Padre Gabriel Ulundo, a Paróquia de Destriz, o diácono ou a Freguesia, tenho contra a forma diferente de tratar coisas iguais”. -----

12 - ASSOL: PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UM ESTÁGIO -----

Presente uma carta da ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões a solicitar a colaboração da Autarquia no sentido de receber a aluna Cláudia Silva, que frequenta o 11.º ano no AEOF – Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, num estágio de sensibilização em contexto real de trabalho (transição para a vida adulta – TVA), nas piscinas municipais. Propõe que a formação funcione à sexta-feira das 09:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, sendo a aluna acompanhada permanentemente pela técnica de TVA. -----

Foi entregue a respetiva minuta do protocolo de colaboração a estabelecer entre o AEOF e a CMOF. -----

Feitos os devidos esclarecimentos pela senhora vereadora Elisa Oliveira, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, aprovando o protocolo em causa, que deverá ser assinado pelas partes envolvidas. -----

13 - FÁBRICA DA IGREJA DE SÃO JOÃO DA SERRA - PEDIDO DE APOIO -----

Presente um pedido da Fábrica da Igreja de São João da Serra a solicitar o apoio financeiro do Município no valor de 65.000,00€ para obras complementares no Centro de Dia, na Casa Mortuária e arranjos exteriores, necessários ao bom funcionamento destas infraestruturas. -----

O senhor presidente esclareceu as dúvidas apresentadas pelo senhor vereador Porfírio Carvalho, informando que este montante proposto está incluído nos 200.000,00€ (duzentos mil euros) que o Município se comprometeu em atribuir para a execução destas obras: Centro Social Paroquial de São João da Serra e Casa Mortuária de São João da Serra. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros) à Fábrica da Igreja de São João da Serra para obras complementares no Centro de Dia, na Casa Mortuária e arranjos exteriores. -----

O senhor vereador Porfírio Carvalho fez a seguinte declaração de voto: -----

“Voto com satisfação a aprovação desta verba. Trata-se, efetivamente, de uma obra importante. Apesar de, eu não ter sido convidado para a inauguração, considero que é importante para a população e que esta é merecedora deste tipo de investimentos e de apoios que a Câmara dá, ou pode dar, para a melhoria da qualidade de vida da população, neste caso, idosa”. -----

14 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO DA SERRA - PEDIDO DE APOIO -----

Presente um pedido do Centro Social e Paroquial de São João da Serra a solicitar o apoio financeiro do Município no valor de 25.000,00€ para obras complementares de extrema necessidade para o bom funcionamento do Centro de Dia de São João da Serra. -----

O senhor presidente informou que a verba se destina a obras e ao próprio funcionamento do Centro Social. Mais informou que este montante proposto está incluído nos 200.000,00€ (duzentos mil euros) que o Município se comprometeu em atribuir para a execução destas obras: Centro Social Paroquial de São João da Serra e Casa Mortuária de São João da Serra. -----



A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) ao Centro Social Paroquial de São João da Serra para obras complementares e funcionamento do Centro Social. -----

CONHECIMENTO: -----

1 - OBRAS EM EXECUÇÃO-----

O senhor presidente informou das seguintes obras que se encontram em fase de execução: -----

- Limpeza de terrenos com vista à reposição da praia fluvial de Sejães;-----
- Reconstrução de muros danificados com as intempéries sentidas no inverno anterior;-----
- Obras relativas à 1.ª prioridade do PARU.-----

Informou que o Município já se encontra a efetuar o pagamento dos terrenos adquiridos com vista à implantação da zona de fruição em Sejães (já pagos quase todos) e da zona de fruição na Carriça, em São João da Serra (pagos a dois proprietários), não tendo a "Greenvougá" ainda efetuado a transferência destas verbas acordadas. -----

Posteriormente, informou que teve uma reunião no Turismo de Portugal, com a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, com vista à elaboração de uma candidatura conjunta para construção dos Passadiços do Rio Teixeira.-----

Por último, desejou umas Boas Festas aos senhores vereadores, comunicação social e munícipes. Classificou o ano de 2016 de extraordinário, apesar das dificuldades sentidas e manifestou o seu desejo que continuar a trabalhar com o máximo empenho e em prol do bem-estar dos munícipes do Concelho de Oliveira de Frades.-----

O senhor presidente propôs a convocação de uma **reunião extraordinária** para o dia **05 de janeiro de 2017**, quinta-feira, a realizar no salão nobre dos Paços do Município, às 09:00 horas, o que foi aceite, unanimemente.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, que todos pontos da Ordem do Dia, submetidos a deliberação nesta reunião, fossem aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido aprovada, por unanimidade.--

E nada mais havendo a tratar o senhor presidente da Câmara, Luís Manuel Martins de Vasconcelos, deu por encerrada a reunião, eram dez horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Sandra Isabel dos Santos Rodrigues Quelhas, técnica superior, que a secretariei e a redigi. -----

